

CONVENÇÃO Nº 169 DA OIT SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.

Convocada em Genebra pelo Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho e tendo ali se reunido a 7 de junho de 1989, em sua septuagésima sexta sessão;

Observando as normas internacionais enunciadas na Convenção e na Recomendação sobre populações indígenas e tribais, 1957.

Reconhecendo as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram.

Artigo 1º “A presente convenção aplica-se:”

a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da **coletividade nacional**, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por **seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial**;

b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, **conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas**, ou parte delas.

2. A consciência de **sua identidade indígena ou tribal** deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.

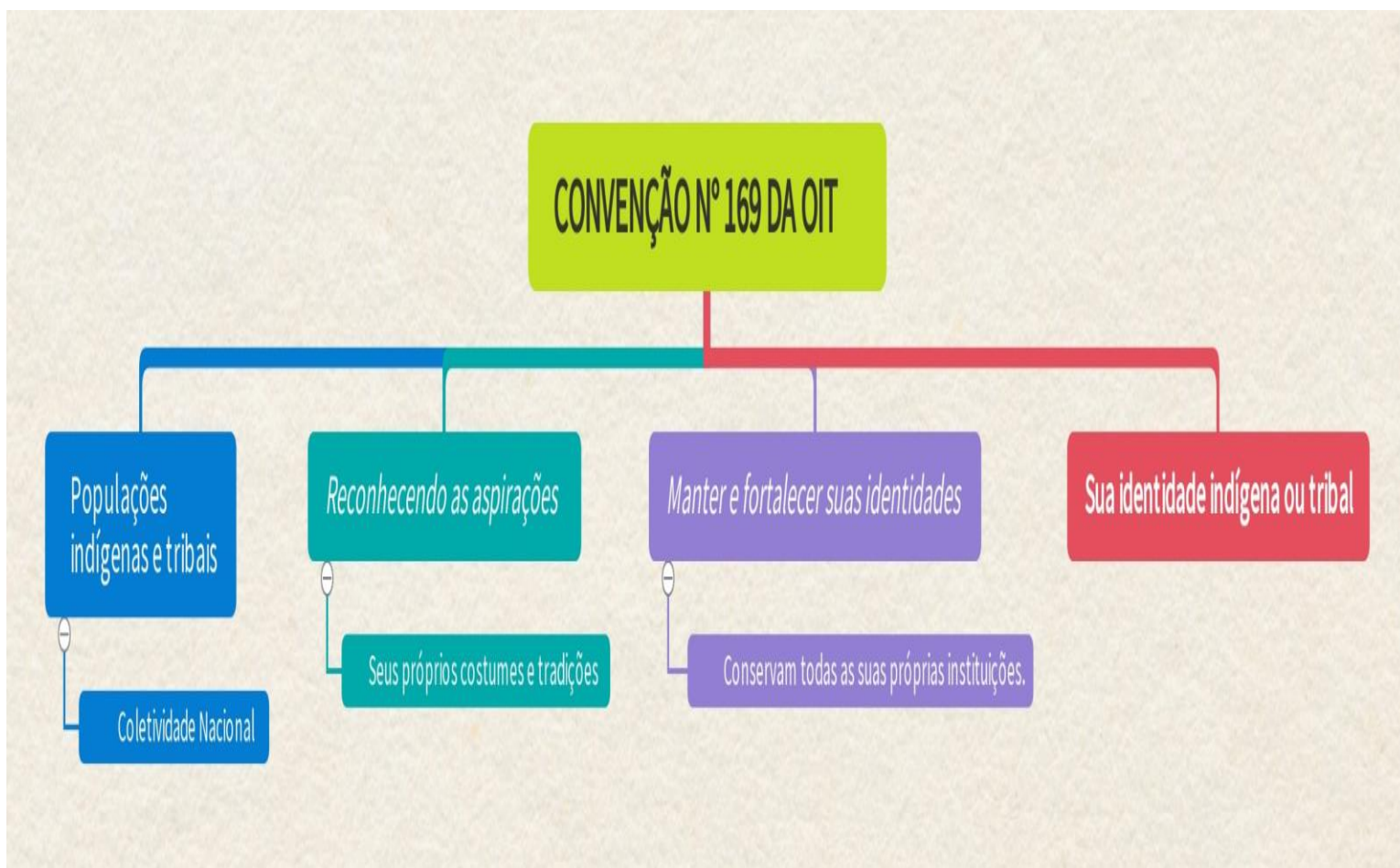
Descrições da Convenção N° 169 Da Oit Sobre Povos Indígenas E Tribais

01-Coletividade Nacional: Diversidade de grupos étnicos formadores da sociedade brasileira.

02-Seus próprios costumes e tradições ou por legislação especial: a garantia suas especificidades étnicas e culturais.

03-Conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas e sua identidade indígena ou tribal.

Quadro Explicativo 05: CONVENÇÃO Nº 169 DA OIT SOBRE POVOS INDÍGENASE TRIBAIS



DECRETO N.º 5.011, DE 11 DE MARÇO DE 2004

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e dá outras providências.

Art. 8º Ao Conselho Diretor compete:

I – Deliberar sobre as propostas dos Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária, a serem submetidos à instância superior;

II – Aprovar a proposta orçamentária anual do INCRA e solicitações de créditos adicionais;

III – aprovar a programação operacional anual do INCRA e suas alterações, com detalhamento das metas e recursos;

IV – Aprovar as normas gerais que tratem de:

a) *aquisição e desapropriação de imóveis rurais*;

b) transações e celebrações de acordos de composição amigável, visando a eliminação de pendências judiciais;

c) *seleção e cadastramento de famílias candidatas* ao assentamento;

d) elaboração e consolidação de *projetos de assentamento*;

e) fornecimento de bens, prestação de serviços e celebração de contratos, convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres;

f) *procedimentos e atos administrativos* e de funcionamento do INCRA; e

g) identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos *remanescentes das comunidades dos quilombos*;

Quadro Explicativo 06: DECRETO N.º 5.011, DE 11 DE MARÇO DE 2004

